

MODELO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE
ALAGOAS - IF/AL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026
Processo Administrativo nº 23041.018136/2026-32

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IF/AL, CNPJ 10.825.373/0003-17, por meio do(a) Coordenação de Licitações, sediado(a) RUA DO FERROVIARIO, 530, bairro CENTRO, na cidade de MACEIO/AL , CEP 57020600, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 25/06/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de manutenção, limpeza, tratamento, conservação e monitoramento das piscinas, bem como manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas do Campus Maceió, com inclusão da mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e com fornecimento dos insumos necessários n , os termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão

ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
item.

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1/0	Mensal

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1/0	R\$ 0,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o

máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação

neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ifal.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail pregao.maceio@ifal.edu.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sipac.ifal.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Contrato.

Maceió , 8 de junho de 2026

.....
Antônio José Santa Bárbara

Pregoeiro - Portaria nº 4863/Ifal, de 23 de outubro de 2025.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: NOV/2025
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Código de Identificação Ger@AGU: bfd1dc1780947690057

INST.FED DE ALAGOAS/CAMPUS MACEIO

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	158381-INST.FED DE ALAGOAS/CAMPUS MACEIO	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	01/06/2026 14:05 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	100/2026	23041.018136/2026-32

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23041.018136/2026-32)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de manutenção, limpeza, tratamento, conservação e monitoramento das piscinas, bem como manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas do Campus Maceió, com inclusão da mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e com fornecimento dos insumos necessários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ESTIMADA (P/ 2 ANOS)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (P / VIGÊNCIA DE 2 ANOS)
1	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza diária, tratamento, conservação e monitoramento da piscina do CAMPUS MACEIÓ , incluindo mão de obra especializada, manutenção	9962	Mês	24	R\$ 7.037,63	R\$ 168.903,12

preventiva e corretiva da casa de máquinas e o fornecimento de produtos químicos.					
TAMANHO DA PISCINA: 16 X 25 X 1,5 M					
VOLUME: 600.00 litros					

1.1.1. **TODOS OS PRODUTOS QUÍMICOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS EXCLUSIVAMENTE NA LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PISCINAS DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. *O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. *O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de serviços auxiliares e indispensáveis à realização das aulas, cuja interrupção pode acarretar prejuízo às atividades de ensino desenvolvidas. Além disso, o serviço compõe o rol de atividades caracterizadas como continuadas por meio da Portaria nº 8/IFAL, de 16 de março de 2022, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o exposto no [Estudo Técnico Preliminar](#);*

Prazo de vigência

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de **2 (dois) anos** contados do(a) [assinatura contratual](#), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:*

- I. *ID PCA no PNCP: [10825373000155-0-000006/2026](#);*
- II. *Data de publicação no PNCP: [14/05/2025](#);*
- III. *Id do item no PCA: [58](#);*
- IV. *Classe/Grupo: [851 - Serviços de Agências de Empregos e Fornecimento de Pessoa](#);*
- V. *Identificador da Futura Contratação: [158381-100/2026](#);*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos Requisitos da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, somados aos requisitos descritos abaixo.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Na execução dos serviços, deve ser adotado, no que for aplicável, o previsto na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.2.2. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;

4.2.3. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados;

4.2.3.1. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido;

4.2.3.2. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

a) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

c) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

d) priorizar o uso de produtos químicos biodegradáveis;

e) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas de redução de consumo e evitar o desperdício de água tratada;

f) conscientizar e capacitar o empregado sobre a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

g) conscientizar e capacitar o empregado sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

h) utilização de tecnologias de aquecimento e filtragem que reduzam o impacto ambiental, como sistemas energeticamente eficientes ou baseados em energia solar;

i) descarte responsável e monitorado de resíduos sólidos e líquidos, incluindo restos de produtos químicos.

4.2.4. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

4.2.5. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.2.6. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre manutenção de piscinas e descarte de resíduos sólidos e líquidos;

4.2.7. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores;

4.2.8. O uso de Líquidos Inflamáveis deverá seguir o procedimento operacional de estocagem e manuseio de Líquidos Inflamáveis: PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais; NR20 – Líquidos Combustíveis e inflamáveis e NR23 Proteção Contra Incêndio.

4.2.9. Observar às disposições contidas nos normativos federais a exemplo da Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, das normas do Ministério da Saúde e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), como a Portaria MS nº 518, de 25 de março de 2004 e Resolução-RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, também a Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000 e das regras estaduais /municipais que versem sobre o objeto da presente contratação.

4.2.10. Respeitar as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a exemplo das normas ABNT NBR 10818:1989 “Qualidade de Água de Piscina”, 11238:1990 – “Segurança e Higiene de Piscinas”, 10819:1989, no que couber, bem como, quando cabível, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, os critérios e práticas sustentáveis elencados no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre com o apoio do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – CGU.

4.2.11. O IFAL reserva o direito de rejeitar o uso de qualquer produto químico em suas dependências que possa causar acidente com risco a saúde dos servidores e discentes do IFAL.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.5. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa* para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **às terça-feira e quinta-feira, das 15 horas e 30 minutos às 18 horas, no campus Maceió, a ser agendada previamente por meio do telefone (82) 2126-7000, 9.9935-8778 e/ou e-mail: educacaofisica.maceio@ifal.edu.br, podendo sua realização ser comprovada por Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017 e Anexo IV do Termo de Referência.**

4.5.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado

assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 8 dias corridos **da emissão da ordem de serviço.**

5.1.2. Limpeza, Tratamento, Conservação e Monitoramento da Piscina:

5.1.2.1. Os serviços consistem em manter limpa, higienizada e com aspecto visual adequado a piscina do Campus por meio da utilização de agentes químicos (aplicação de produtos) e físicos (escovação mecânica ou manual, aspiração, peneiração, sucção, filtração, dentre outros), considerando as condições exigidas no tópico “Tratamento FísicoQuímico da Água”.

5.1.2.2. A Contratada deve observar o tempo necessário de atuação dos produtos químicos aplicados para realizar as etapas seguintes do procedimento de limpeza da piscina.

5.1.2.3. A Contratada deve realizar a limpeza das bordas, azulejos, rejuntas, escadas de acesso às piscinas, área de entorno da piscina, drenos, lonas de proteção e raias (quando aplicável), casa de máquinas (incluindo seus equipamentos), depósito dos produtos químicos e insumos, e demais utensílios utilizados na prestação dos serviços.

5.1.2.4. Durante a realização dos serviços de limpeza e tratamento das piscinas, a empresa deve disponibilizar e posicionar em locais visíveis, placas informativas indicando que as piscinas se encontram em manutenção.

5.1.2.5. A Contratada deve verificar visualmente (diariamente) se os ralos de fundo das piscinas estão limpos /desobstruídos, bem como as necessidades de manutenção que a piscina requer.

5.1.2.6. A Contratada deve preencher diariamente um Check List de inspeção visual das piscinas ao final dos serviços realizados, antes da entrega para as atividades, registrando as informações na Planilha de Monitoramento. Os modelos do Check-List diário de inspeção visual e da Planilha de Monitoramento serão elaborados pela CONTRATADA e serão entregues para aprovação do Gestor do Contrato dos Campi no momento da reunião inicial no início do contrato, e poderá ser modificado a critério do mesmo.

5.1.2.7. O IFAL – Campus Maceió se resguarda o direito de modificar a programação de limpeza e tratamento da piscina em situações de realização de eventos, alta temporada, feriados, período de férias, ou situações imprevistas, devendo informar previamente à Contratada que deverá apresentar um Plano de Contingência que se adeque à necessidade da instituição.

5.1.2.8. Eventuais concentrações pluviométricas que fogem da normalidade e que afetem a qualidade da água da piscina deverão ter o tratamento com o produto químico adequado.

5.1.2.9. O processo de limpeza e tratamento deve ser finalizado obrigatoriamente com até 01 (uma) hora de antecedência da abertura das piscinas, devendo a Contratada entregá-las em condições adequadas para uso conforme especificações descritas nesse item.

5.1.2.10. O processo de limpeza e tratamento da piscina também pode ser iniciado imediatamente após o término das atividades.

5.1.2.11. Em nenhuma hipótese a contratada deverá iniciar o tratamento ou limpeza com presença de usuários na área da piscina. Sendo identificada a presença de usuário após o encerramento das atividades da piscina, esta deverá ser notificada ao Fiscal Técnico do contrato.

5.1.2.12. As inspeções na piscina devem ocorrer diariamente, devendo a Contratada permanecer na área da piscina por tempo suficiente para a verificação das condições, realizar as medições de pH, cloro e alcalinidade, e intervenções necessárias. A Contratada deve programar as intervenções considerando o horário de funcionamento da área da piscina. A programação com as atividades e horários de funcionamento da piscina será fornecido pela Coordenação de Educação-Física do Campus.

5.1.2.13. Todos os encargos trabalhistas (adicional noturno, horas extras, dentre outros) referentes à realização de serviços, são de responsabilidade da Contratada.

5.1.2.14. A contratada se obriga a manter as piscinas em condições de uso, de acordo com os padrões e normas definidas no contrato de prestação de serviços, incluindo as atividades listadas abaixo:

- **LIMPEZA DA ÁREA EXTERNA À PISCINA:** Realizar a limpeza da área da piscina, esta atividade compreenderá: colheita de todos os detritos estranhos à piscina tais como folhas, ciscos, areia e retirada de plantas que por ventura cresçam no interior dos ralos e limpeza do piso através de lavagem com cloro e sabão em pó (quando necessário), mantendo-a sempre com boa apresentação, não deixando que a sujeira fique impregnada em sua superfície. Frequência: uma vez por mês ou quando necessário.

- **FILTRAGEM:** Realizar a filtragem, certificando-se de não ligar a moto-bomba do filtro com os registros fechados; verificando se há água no pré-filtro da moto-bomba e realizar a troca da areia do filtro anualmente (se necessário, após avaliação técnica) de forma a mantê-la com sua granulometria ativada. Frequência: diária.

- **ASPIRAÇÃO:** Realizar a aspiração com drenagem, filtragem, ou peneira, de forma a expulsar todos os resíduos depositados no fundo da piscina, expulsando-os pelo esgoto ou retendo-os pelo elemento filtrante caso o mesmo consiga retê-los. Frequência: uma vez por semana ou quando necessário.

- **ESCOVAÇÃO DAS PAREDES E LIMPEZA DAS BORDAS:** Realizar a escovação das paredes (fundo e lateral da piscina) e a limpeza das bordas, de forma a evitar a proliferação de algas utilizando-se de algicidas. Frequência: uma vez por mês ou quando necessário.

- **RETROLAVAGEM DO ELEMENTO FILTRANTE:** Realizar a retrolavagem do elemento filtrante. Frequência: quando os manômetros do filtro indicarem a necessidade ou quando necessário.

- **LIMPEZA DO PRÉ-FILTRO DA BOMBA:** Realizar a limpeza do pré-filtro da bomba, de forma que a filtragem não seja comprometida por obstruções no pré-filtro. Frequência: uma vez por semana ou quando necessário.

- **TRATAMENTO DE LIMPEZA DE LINHA DE ÁGUA:** Realizar a limpeza de linha de água de forma a retirar as sujeiras e gorduras que se acumulam na parede acima da linha da água. Frequência: uma vez a cada quinze dias ou quando necessário.

5.1.2.15. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.3. Tratamento Químico e Físico da Água

5.1.3.1. A Contratada deve garantir o controle da qualidade da água da piscina durante todo o período de operação /funcionamento das áreas da piscina, em conformidade com o estabelecido na ABNT NBR 10.818 – Qualidade da água de piscina, ABNT NBR 11.238 – Segurança e higiene de piscinas e Resolução CONAMA nº 274 de 29 de novembro de 2000, ou norma/resolução mais recente em vigor.

5.1.3.2. A Contratada deve realizar a correta dosagem dos produtos químicos e garantir o equilíbrio físico químico e microbiológico das piscinas.

5.1.3.3. A Contratada deve fornecer e disponibilizar no local de estocagem, cópia (legível, atualizada e de forma organizada) das FISPQ(s) - Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos – dos produtos utilizados para o tratamento da piscina;

5.1.3.4. A água das piscinas devem se apresentar límpida e cristalina permitindo a perfeita visibilidade da parte mais profunda da piscina;

- 5.1.3.5. As piscinas devem estar livre de detritos, sedimentos, larvas, insetos ou elementos estranhos decantados, flutuantes ou sobrenadantes;
- 5.1.3.6. A análise dos parâmetros de pH e cloro livre devem ser feitas a cada inspeção na piscina (mínimo três vezes por semana). A análise dos parâmetros de alcalinidade total e dureza cálcica devem ser feitas uma vez por semana ou quando necessário.
- 5.1.3.7. O pH deve ser mantido entre 7,2 e 7,8;
- 5.1.3.8. A concentração de cloro livre na água da piscina deve ser mantida entre 0,8 mg/L a 3,0mg/L;
- 5.1.3.9. A piscina deve se apresentar livre de formações de algas;
- 5.1.3.10. O parâmetro alcalinidade total deve ser mantido entre 80 a 120 ppm;
- 5.1.3.11. O parâmetro dureza cálcica deve ser mantido entre 200 a 400 ppm.
- 5.1.3.12. O monitoramento e as intervenções realizadas devem ser registrados na Planilha de Monitoramento.
- 5.1.3.13. O(s) ponto(s) de coleta para medição dos parâmetros deverão ser definidos previamente em locais estratégicos ao redor da piscina.
- 5.1.3.14. O procedimento padrão para a coleta deve ser definido e apresentado no relatório preliminar.
- 5.1.3.15. A Contratada deve informar os produtos químicos que foram aplicados com sua respectiva quantidade, e registrar o aspecto visual das piscinas, além das informações referentes ao check list diário.
- 5.1.3.16. Será disponibilizado local para guarda dos produtos, sendo facultado a Contratada sua utilização. Não sendo de interesse da Contratada utilizar o espaço cedido os produtos não poderão ser armazenados em outro local nas dependências da Unidade.
- 5.1.3.17. Não será permitido o armazenamento ou descarte de resíduos junto aos resíduos do Campus.
- 5.1.3.18. É proibida a prática da queima de resíduos nas dependências do Campus.
- 5.1.3.19. A Planilha de Monitoramento deve ser depositada no local indicado pelo Fiscal Técnico do contrato de cada local. O modelo da planilha será elaborado pela CONTRATADA e será entregue para aprovação do Gestor do Contrato do Campus no momento da reunião no início do contrato, e poderá ser modificado a critério do mesmo.

5.1.4. Análises físico-químicas e bacteriológicas

- 5.1.4.1. Uma vez por semestre ou sempre que o Contratante solicitar, a Contratada deverá realizar análises microbiológicas e físico-químicas em laboratório certificado pela ABNT NBR ISO/IEC 17.025 ou norma mais recente em vigor. A contratada não poderá realizar as análises em laboratório próprio, devendo as amostras serem enviadas para um laboratório sem vínculos com a mesma.
- 5.1.4.2. A exigência da certificação pela ABNT, conforme a NBR ISO/IEC 17.025 ocorre em razão da importância das análises e das metodologias efetivamente usadas pelo laboratório, tendo em vista que é interesse IFAL que o laboratório tenha competência comprovada para a realização do serviço.
- 5.1.4.3. Deverá ser coletada (01) uma amostra simples nas piscinas.
- 5.1.4.4. A data da coleta deve ser informada com dois dias de antecedência para o Fiscal Técnico do contrato e será acompanhada por um colaborador da respectiva unidade, devendo ocorrer em horário comercial.
- 5.1.4.5. O prazo entre a coleta e a entrega das amostras no laboratório não deve exceder o período de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.1.4.6. Os serviços de coleta, armazenamento, transporte e análise das amostras coletadas devem ocorrer conforme a metodologia "Standard Method for Examination of Water and Wastewater" ou metodologia equivalente, de credibilidade reconhecida, sujeita à aprovação pelos contratantes.

5.1.4.7. Os parâmetros a serem analisados em cada amostra coletada, são:

- Microbiológicos (Coliformes Totais; Coliformes Fecais; Staphylococcus Aureus e Bactérias Heterotróficas);
- Físico químicos (Aspecto, Alcalinidade Total; Dureza Cálcica; Cloro Livre e pH).

5.1.4.8. Os laudos contendo os resultados das análises deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação do laboratório (incluindo CNPJ, endereço completo e telefone para contato);
- Identificação do ponto de coleta;
- Data e hora da coleta;
- Chuva nas últimas 24hs (sim/não) e condições climáticas no momento da coleta;
- Nome do responsável pela coleta;
- Nome do colaborador do IFAL responsável pelo acompanhamento da coleta;
- Data e horário da entrada da amostra no laboratório para análise;
- Unidade de medida dos parâmetros analisados;
- Limite de quantificação;
- Valor máximo permitido (VMP) para cada parâmetro;
- Metodologia adotada e legislação pertinente;
- Interpretação dos resultados;
- Data da emissão do laudo;

5.1.4.9. Os laudos contendo os resultados das análises das amostras devem ser anexados em relatório mensal e estar assinados pelo Responsável Técnico do laboratório.

5.1.4.10. Caso seja necessária a realização de reanálises para verificar possíveis desvios quanto ao processo de coleta, análise ou processo de tratamento da piscina, as mesmas deverão ser suportadas pela Contratada.

5.1.4.11. O Contratante se resguarda o direito de contratar laboratórios para realização de análises de contra-prova.

5.1.5. Operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instrumentos da casa de máquinas

5.1.5.1. A Manutenção Preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos e instrumentos em perfeitas condições de uso, prevenindo a ocorrência de quebras e defeitos, compreende a manutenção mecânica, elétrica e eletrônica de todas as peças e componentes inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos, em todos os equipamentos. A mesma consiste em um conjunto de inspeções rotineiras estabelecidas no Plano de Manutenção da Contratante a ser disponibilizado pelo mesmo. Os serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais, demandados pelo Contratante, tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, tratam da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de higienização, tratamento, conservação e funcionamento da piscina do Campus, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica. Para toda manutenção corretiva, a Contratada deverá emitir um relatório detalhado dos serviços executados, entregando ao Fiscal Técnico do contrato o original assinado pelo técnico que executou o serviço, no mesmo dia do atendimento.

5.1.5.2. O plano de manutenção preventiva e corretiva será realizado, na medida do possível, sem o comprometimento da grade horária de atividades nas piscinas, disponibilizadas pelo Campus .

5.1.5.3. A Contratada deve realizar a operação, manutenção preventiva e corretiva das casas de máquinas (sistema de filtração e equipamentos inerentes, contemplando todos os painéis elétricos força e comando, iluminação, pintura, dentre outros), incluindo, mas não se limitando a:

5.1.5.3.1.Limpeza do local (uma vez por semana);

5.1.5.3.2.Reparos de vazamentos (substituição de filtro e seus componentes, pré-filtro, tubulações, conexões e peças), mantendo o ambiente sempre seco a fim de não prejudicar os equipamentos;

5.1.5.3.3. Manutenção e/ou substituição de bombas, manômetros, componentes dos painéis elétricos, cabeamentos, lâmpadas, dentre outros;

5.1.5.3.4. Troca dos elementos filtrantes dos filtros.

5.1.5.4. A Contratada deve manter dentro da casa de máquinas um livro de registro exclusivo, onde deverão constar todos os relatos de falhas, manutenções preventivas e corretivas, assim como registros diários de inspeção, apontando a conformidade do sistema.

5.1.5.5. Nas manutenções preventivas ou corretivas, a Contratada somente realizará a inclusão /substituição de peças /equipamentos nas casas de máquinas, em caso de comprovada necessidade, mediante prévia justificativa assinada pelo seu Responsável Técnico e aprovada formalmente pelo Gestor do contrato e por um servidor da área de manutenção designado pelo IFAL.

5.1.5.6. Os serviços de manutenção corretiva emergencial deverão iniciar-se em, no máximo, 3(três) horas, contadas a partir da Solicitação/Chamado do Fiscal Técnico ou Gestor do contrato.

5.1.5.7. As características dos principais equipamentos das casas de máquinas da piscina do Campus estão descritas no item 5.5.2.

5.1.6. Fornecimento dos Produtos Químicos

5.1.6.1. A Contratada deverá fornecer todos os produtos químicos necessários ao adequado tratamento das piscinas em quantidades suficientes, dentro do prazo de validade, ausentes de substâncias tóxicas ou nocivas aos usuários e ao meio ambiente e devidamente autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

5.1.6.2. Responsabilizar-se pelo recebimento, transporte, armazenamento, manipulação e guarda dos produtos químicos, assumindo todos os riscos inerentes ao fornecimento dos produtos, inclusive por possíveis avarias decorrentes do mau acondicionamento, transporte e manipulação indevidos.

5.1.6.3. Fornecer os produtos químicos em suas embalagens de origem e acompanhados das respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), sendo permitido o seu fracionamento somente na unidade, devendo a Contratada identificar adequadamente os recipientes após o fracionamento.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas áreas internas do CAMPUS no seguinte endereço:

5.2.1. CAMPUS MACEIÓ: Av. do Ferroviário (esquina com a Rua Barão de Atalaia), 530, Bairro: Centro, Maceió/AL. CEP: 57020-600.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme cronograma estabelecido pelo Fiscal do Contrato e Contratada.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

5.4.1. Os materiais utilizados deverão estar de acordo com o disposto no subitem 5.1.6;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Para o dimensionamento da proposta, informa-se que a piscina do Campus Maceió possui 25 (vinte e cinco) metros de comprimento, 16 (dezesesseis) metros de largura, 1,5 (um e meio) metros de profundidade e 600.000 (seiscentos mil) litros de água, conforme imagem no Anexo III.
- 5.5.2. Além de outros componentes elétricos e hidráulicos, a casa de máquinas do Campus Maceió é constituída pelas seguintes motobomba e Sistema de Filtro:

MOTOBOMBA C/ FILTRO	
IDENTIFICAÇÕES	
Fabricante	JACUZZI DO BRASIL IND COM LTDA
Item	FILTRO 42FC7-T C/BOMBA
Descrição do Sistema	Descrição do sistema Sistema composto por motor e bomba utilizado para a transformação da energia mecânica dos motores em energia hidráulica, possibilitando transportar e elevar fluidos a grandes distâncias e elevadas alturas. O filtro FC é um equipamento de filtração de alta vazão, possuindo meio filtrante permanente destinado à remoção de matéria em suspensão e coloidal, constituindo-se em elemento indispensável à purificação da água.
Tipo de uso	Instalações elevatórias prediais, sistemas de recalque de água.
Normas Técnicas	NBR 5410, NBR 12433, NBR 10131, NBR 12640, NBR 11392, NBR 11405, NBR 11401, NBR 6400, NBR 7879, NBR 12433 e NBR 6397

SISTEMA DE FILTROS IDENTIFICAÇÕES	
IDENTIFICAÇÕES	
Fabricante	JACUZZI DO BRASIL IND COM LTDA
Item	FILTROS SÉRIE TP - FILTRO DE AREIA DE ALTA VAZÃO COM TANQUE EM TERMOPLÁSTICO TAXA DE FILTRAÇÃO: 880 A 1450 m³/m²/dia * * Taxa de filtração de acordo com o conjunto moto bomba Jacuzzi associado ao filtro. Consulte a tabela XX para obter a taxa de filtração do conjunto
Descrição do Sistema	Os filtros da série TP são constituídos por um tanque em material termoplástico, com sistema interno de distribuição e drenagem, válvula seletora de seis posições, visor de retrolavagem, manômetro, areia de especificação Jacuzzi e bomba do tipo autoescorvante. As funções executadas pelo filtro são

	controladas colocando-se a alavanca da válvula seletora nas posições indicadas em sua tampa. Sempre desligue a bomba antes de mudar a posição da alavanca da válvula seletora.
Tipo de uso	Instalações para uso público e residencial.
Normas Técnicas	NBR 10339; NBR 5410

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será acordado entre as partes anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.1. Manter o endereço, número de telefone e endereço de e-mail permanentemente atualizados.

6.7. Considerando a natureza do serviço objeto da contratação, o preposto da CONTRATADA deverá comparecer apenas mensalmente nas dependências do IFAL Campi Maceió e Piranhas, ou em menor periodicidade, caso a Administração julgue necessário.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;^e

6.16.2. Avaliar os dados constantes das Notas Fiscais/Faturas e atestá-las, por intermédio de servidor designado para essa finalidade, quando verificado o cumprimento das obrigações requeridas;

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, proporcionando todas as facilidades necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas;

6.21.2. Avaliar os dados constantes das Notas Fiscais/Faturas e atestá-las, por intermédio de servidor designado para essa finalidade, quando verificado o cumprimento das obrigações requeridas;

6.21.3. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis, em caso de inadimplemento das obrigações previstas e esperadas;

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VII*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. A empresa responsável pela execução dos serviços deverá seguir os normativos exigidos para a prestação do serviço em conformidade com o estabelecido na ABNT NBR 10.818 – Qualidade da água de piscina, ABNT NBR 11.238 – Segurança e higiene de piscinas e Resolução CONAMA nº 274 de 29 de novembro de 2000, ou norma /resolução mais recente em vigor.

7.4.2. O pagamento se dará com base no resultado alcançado pelo serviço prestado, de acordo com os critérios estabelecidos abaixo:

7.4.2.1. A unidade de medida será “serviço/mês”, devendo ser cobrada através de nota fiscal, referente ao mês em que a execução dos serviços for efetuada;

7.4.2.2. A desconformidade na prestação do serviço, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

7.4.2.3. A definição do valor de pagamento mensal está sujeita à ocorrência de desconto dos valores referentes aos indicadores de desempenho no IMR definido, além dos valores de sanções impostas pelo Contratante, se houver;

7.4.2.4. Os indicadores deixarão de ser medidos nos dias em que ocorrerem fatos não gerados pela Contratada e que a impeça de executar as ações deste contrato.

7.4.2.5. Os valores devidos pela prestação dos serviços serão apurados da seguinte forma:

- a) Foram selecionados itens essenciais já previstos no presente termo de referência e que, portanto, já constituem responsabilidade da Contratada. Esses itens foram denominados indicadores de nível de serviço, e serão controlados e acompanhados pela Contratante para medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados pela Contratada.
- b) Os indicadores foram distribuídos em módulos conforme a natureza da atividade, e para cada módulo foi atribuído um peso, conforme tabela:

INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO	
MÓDULOS	PESO
Documentação e Segurança	1
Atividades Operacionais	2

Tabela 02: Classificação dos indicadores de nível de serviço em módulos.

7.4.2.6. Sendo identificado descumprimento ou irregularidade da Contratada frente aos indicadores de qualidade relacionados, será atribuída uma pontuação para cada ocorrência que será calculada considerando o número de ocorrências no mês x peso atribuído ao indicador.

7.4.2.7. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços referentes a execução dos serviços, descontados os valores provenientes da aplicação dos indicadores de nível de serviço conforme pontuação adquirida no mês de execução.

7.4.2.8. A contratada poderá acumular uma pontuação que não necessariamente incidirá em desconto, bem como poderá ser descontado um valor de até 10% do valor mensal do contrato.

7.4.2.9. Os descontos serão aplicados conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	DESCONTO
≥10 20	1%

> 20 30	2%
> 30 40	3%
> 40 50	4%
> 50 60	5%
> 60 70	6%
> 70 80	7%
> 80 90	8%
> 90 100	9%
100	10%

7.4.2.11. Ficará reservado à Contratada o direito ao contraditório, a ser apresentado em no máximo 5 (cinco) dias corridos, contados da Notificação do Resultado dos Indicadores.

7.4.3. Para a aferição de qualidade dos serviços prestados, será observado os seguintes aspectos mencionados no art. 47 da IN SEGES/MP nº 05/2017:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas, quando for o caso;
- c). A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) A satisfação do público usuário.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. *Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório **será considerado como conclusão do objeto para fins de permitir o recebimento provisório a verificação mensal realizada pelo fiscal do contrato em data a ser divulgada pelo mesmo e comunicada ao fornecedor.***

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao **Departamento de Orçamento e Finanças** ~~setor de contratos~~ para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação [do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado [A25] da data do orçamento estimado, em [08/05/2026](#).

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do [IPCA/IBGE](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a

legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” do subitem 8.1. de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, do subitem 8.1. de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, do subitem 8.1. a multa será **de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, do subitem 8.1. a multa será **de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, do subitem 8.1. a multa será de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO-

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.22. Será também exigida a seguinte documentação complementar:

9.22.1. Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN;

9.22.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º,XXXIII, da Constituição.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.**

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. A definição de experiência temporal mínima encontra guarida no Acórdão TCU 2.939/2010 – Plenário, e visa mitigar o risco de contratação de empresas sem a necessária “expertise” e solidez.

9.32.1. A comprovação de compatibilidade de características com o objeto desta licitação, solicitada no subitem anterior, poderá ser demonstrada através de atestados e notas fiscais, admitida a apresentação suplementar de contratos ou declarações que auxiliem na demonstração da compatibilidade exigida.

9.32.2. O atestado de vistoria será substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE, conforme Anexo I do presente Termo de Referência.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 168.903,12 (Cento e sessenta e oito mil e novecentos e três reais e doze centavos), para o período de 2 (dois) anos**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: **26402/UG – 158381 – Campus Maceió;**
- II. Fonte de recursos: **1000000000 - Recursos dest. a manut. e des. do ensino;**
- III. Programa de trabalho: **231719 - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL;**
- IV. Elemento de despesa: **33903978 – LIMPEZA E CONSERVAÇÃO;** e
- V. Plano interno: **PCA 2026.**

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.2.1. Anexo I - Modelo de declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

12.2.2. Anexo II - Estudos Técnicos Preliminar – ETP;

12.2.3. Anexo III – Imagem da Piscina do Campus Maceió;

12.2.4. Anexo IV – Atestado de Vistoria;

12.2.5. Anexo V – Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica;

12.2.6. Anexo VI - Ordem de Serviço;

12.2.7. Anexo VII - IMR.

Maceió, 1º de junho de 2026.

13. ANEXO I

Justificativa: Suprimido por haver minuta contratual.

14. ANEXO II

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Ao Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Pregão nº ____/2026, UASG 158381

A Empresa [Razão Social da Licitante], através da presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Termo de Referência e seus Anexos e todas as informações, e condições necessárias ao cumprimento das obrigações objeto desta licitação, nos termos da Pregão nº ____/2026.

_____, em _____ de _____ de 2026

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante:

Razão Social e Carimbo do CNPJ

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIO LEONARDO NUNES DE OLIVEIRA
Solicitante

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO
Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 14:05:32.

ANA CRISTINA SANTOS LIMEIRA
Autoridade competente

INST.FED DE ALAGOAS/CAMPUS MACEIO

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23041.018136/2026-32

2. Descrição da necessidade

Necessidade dos serviços de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina do **CAMPUS MACEIÓ**, incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, equipamentos, ferramentas e fornecimento de produtos químicos.

A contratação do serviço de limpeza e manutenção da piscina do Campus Maceió é necessário para que o Campus realize suas atividades educacionais às quais o uso da piscina está vinculada, garantindo assim um adequado ensino/aprendizado a seus discentes e objetiva garantir que a qualidade da água apresente condições para utilização de maneira segura, sem causar prejuízos à saúde e ao bem-estar dos alunos e demais usuários, em consonância com as normas e legislações vigentes, as quais exigem padrões específicos de higiene e controle da qualidade da água. A contratação de uma empresa especializada assegura o cumprimento dessas exigências legais, evitando autuações e eventuais sanções administrativas.

A piscina escolar representa mais do que um espaço para a prática de atividades físicas: ela desempenha um papel importante na promoção da socialização entre os alunos e no incentivo à participação em atividades integrativas e coletivas. Ao proporcionar momentos de interação saudável, a piscina contribui significativamente para o desenvolvimento social dos estudantes e oferece uma alternativa atrativa ao uso excessivo de celulares e outros dispositivos eletrônicos durante o tempo na escola. Tais momentos favorecem a construção de vínculos, o trabalho em equipe e o fortalecimento da convivência escolar positiva.

Ademais, deve-se considerar também como motivador da contratação a conservação do patrimônio. A limpeza e manutenção preventivas preservam os sistemas hidráulicos, filtros e revestimentos das piscinas, prolongando sua vida útil e evitando gastos com reparos corretivos, que tendem a ser mais onerosos.

Por isso, deve-se frisar que a contratação também é necessária tendo em vista que não dispomos, em nosso quadro de pessoal, servidores para realizar este tipo de tarefa, visto que os cargos relativos às categorias funcionais correlatas a este tipo de serviço foram extintos no serviço público há vários anos (Lei nº 9.632/1998). O plano de cargos e salários do IFAL, não prevê a contratação, por concurso público, do cargo relacionados no objeto da contratação visada.

A manutenção, limpeza e conservação de piscina requer a participação integral de agentes capacitados e especializados, capazes de prover o tratamento adequado, bem como a manutenção

das casas de máquinas, em conformidade com o Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, por meio da contratação de profissionais capacitados garantindo assim maior eficiência na execução dos serviços, uma vez que contam com equipamentos adequados, conhecimento técnico e experiência na área. Essa especialização permite que os cuidados com as piscinas sejam realizados de forma mais ágil, segura e eficaz do que se fossem executados por colaboradores não especializados.

Soma-se ainda, o término do **Contrato 03/2020 em 22.05.2025, sem possibilidade de prorrogação**, dado o período legal máximo permitido pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993. Para evitar o prejuízo às atividades finalísticas do campus os serviços estão sendo prestados em decorrência de contratação emergencial contratado para o período estritamente necessário para a finalização da licitação. Ademais, por ser um serviço considerado contínuo, de acordo com a Portaria Normativa nº 8 /IFAL, de 16 de março de 2022, tendo em vista a importância do serviço, pois, são imprescindíveis para a realização das atividades do órgão, já que além de viabilizar a utilização das piscinas, mantém a continuidade das atividades pedagógicas e de extensão proposta pelo Campus, sendo essencial para o atingimento das finalidades às quais as piscinas se destinam, além de evitar prejuízos de ordem financeira e de gestão na resolução dos problemas.

Desta forma, se faz necessária uma nova contratação para atender à necessidade pública assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do Campus, de modo que sua interrupção por um longo tempo pode comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Educação Física e Esportes -CEFES/CMAC	Sílvio Leonardo Nunes de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os serviços de limpeza, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina são considerados essenciais e visam assegurar a integralidade do patrimônio do campus Maceió, bem como manter o funcionamento das atividades finalísticas dos mesmos, de modo que não pode ser passível de interrupção.

4.2. De acordo com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, trata-se de serviço comum, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais de mercado e dada a sua natureza e finalidade o serviço deverá ser desenvolvido de forma contínua sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.3. Certifica-se que os serviços serão prestados de forma indireta, através de empresa habilitada, no âmbito do IFAL, enquadrando-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, já que não dispomos, em nosso quadro de pessoal, servidores para realizar este tipo de tarefa, visto que os cargos relativos às categorias funcionais correlatas a este tipo de serviço foram extintos no serviço público há vários anos (Lei nº 9.632/1998), bem como o plano de cargos e salários do IFAL, não prevê a contratação, por concurso público, do cargo relacionados no objeto da contratação visada.

4.4. A contratada deverá apresentar alvará de localização e funcionamento emitido pelo Município sede da contratada;

- 4.5. Comprovante de registro da empresa em Conselho Profissional competente (caso exista);
- 4.6. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, e responder em qualquer caso por eventual dano ou prejuízo a terceiros;
- 4.7. No preço cotado, deverão estar incluídas todas as despesas relativas à locação de equipamentos utilizados, mão de obra empregada, impostos e despesas com transporte e o fornecimento de produtos químicos.
- 4.8. A Contratada deverá possuir todos os equipamentos, as ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto, obedecendo rigorosamente os procedimentos recomendados, as normas técnicas e legais vigentes, determinadas pelos órgãos competentes.
- 4.9. Ressalte-se que o reparo, manutenção ou substituição dos equipamentos, ferramentas e utensílios utilizados na execução contratual são de inteira responsabilidade da contratada.
- 4.10. A contratada deverá prestar os serviços através de empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, bem como deverá dispor em seu quadro de pessoal responsável técnico legalmente habilitado e registrado nos órgãos competentes, quando for o caso, que atuará como responsável técnico junto ao Ifal. O Termo de Responsabilidade Técnica deverá ser apresentado antes do início da prestação dos serviços.
- 4.11. Os empregados da Contratada deverão realizar os serviços devidamente uniformizados, portar crachá de identificação com foto, e estar munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades.
- 4.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do Ifal, em todos os casos.
- 4.13. A Contratada deverá prestar os serviços *in locu* no seguinte endereço:
- CAMPUS MACEIÓ:** Av. do Ferroviário (esquina com a Rua Barão de Atalaia), 530, Bairro: Centro, Maceió/AL. CEP: 57020-600.
- 4.14. A contratada deverá realizar os **serviços diariamente em dias úteis e em horário de funcionamento do Campus, a ser acordado entre as partes**, respeitando o cronograma de recolhimento aprovado pelo fiscal da contratação, e – **EXCEPCIONALMENTE - aos sábados, mediante prévio agendamento e concordância da Administração.**
- 4.15. Em caso de eventuais períodos de paralisações das atividades presenciais do Campus, decorrentes de greves e situações de caso fortuito ou força maior, as coletas serão agendadas pelos fiscais do contrato de acordo com a necessidade da instituição.
- 4.16. A Contratada deverá manter em perfeitas condições toda a estrutura e bens locais, sendo assim, de sua total responsabilidade, qualquer avaria decorrente da prestação dos serviços.
- 4.17. A Contratada não poderá:
- 4.17.1. Estar proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.17.2. Ser estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.17.3. Estar sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.18. Deverá possuir Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou com certidões respectivas, no cadastro nacional de Empresa Inidôneas e

Suspensas - CEIS, no Portal da Transparência e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), certidões Negativas de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal e possuir total regularidade habilitatória, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, cujos requisitos serão definidos no Termo de Referência.

4.19. Além disso, a CONTRATADA deverá:

4.19.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.19.2. Não ter sido a CONTRATADA condenada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

4.19.3. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

4.19.4. Fornecer aos seus empregados Equipamentos de Proteção Individual - EPI, de acordo com o que consta na Norma Regulamentadora nº 6 do MTE, adequados ao tipo e ao risco do serviço a ser executado, e em perfeito estado de conservação e funcionamento, observadas em relação àqueles, rigorosamente, as normas a seguir estabelecidas:

I - Fornecer o tipo de equipamento adequado à atividade empregada;

II - Fornecer ao empregado somente equipamento aprovado e certificado pelos órgãos competentes;

III - Fornecer a instrução necessária sobre o seu uso adequado;

IV - Tornar obrigatório e fiscalizar o seu uso;

V - Substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado;

VI - Responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica.

4.20. A Contratada deverá observar e responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas (inclusive relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho), sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração.

4.21. A contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticadas por seus empregados, quando relacionadas à realização dos serviços;

4.22. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.23. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.24. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.25. A execução dos serviços contratados se dará a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.26. A empresa iniciará os serviços em até 8 (oito) dias corridos após emissão da ordem de serviço.

4.27. A empresa contratada deverá designar um preposto para comunicação com a Contratante, informando um número de telefone fixo, um número de telefone celular e um e-mail funcional e quando a importância e formalidade do assunto a ser tratado exigir a comunicação também poderá ser realizada por meio de ofício diretamente à empresa.

4.28. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, por se tratar de execução de serviço por preço certo e total, conforme art. 6º, inc. XXVIII, da Lei nº 14.133/21.

4.29. Para a contratação em questão, considerando as peculiaridades do objeto, consultou-se o disposto nas orientações da Advocacia-Geral da União, link <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>, bem como resoluções do CONAMA e foram encontradas as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis que deverão ser adotados:

4.29.1. Na execução dos serviços, deve ser adotado, no que for aplicável, o previsto na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.29.2. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água.

4.29.3. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados;

4.29.3.1. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido;

4.29.3.2. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

- a) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) priorizar o uso de produtos químicos biodegradáveis;
- e) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas de redução de consumo e evitar o desperdício de água tratada;
- f) conscientizar e capacitar o empregado sobre a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- g) conscientizar e capacitar o empregado sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- h) utilização de tecnologias de aquecimento e filtragem que reduzam o impacto ambiental, como sistemas energeticamente eficientes ou baseados em energia solar;
- i) descarte responsável e monitorado de resíduos sólidos e líquidos, incluindo restos de produtos químicos.

4.29.4. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

4.29.5. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos e equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.29.6. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre manutenção de piscinas e descarte de resíduos sólidos e líquidos;

4.29.7. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores;

4.29.8. O uso de Líquidos Inflamáveis deverá seguir o procedimento operacional de estocagem e manuseio de Líquidos Inflamáveis: PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais; NR20 – Líquidos Combustíveis e inflamáveis e NR23 – Proteção Contra Incêndio.

4.29.9. Observar às disposições contidas nos normativos federais a exemplo da Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, das normas do Ministério da Saúde e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), como a Portaria MS nº 518, de 25 de março de 2004 e Resolução-RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, também a Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000 e das regras estaduais/municipais que versem sobre o objeto da presente contratação.

4.29.10. Respeitar as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a exemplo das normas ABNT NBR 10818:1989 – “Qualidade de Água de Piscina”, 11238:1990 – “Segurança e Higiene de Piscinas”, 10819:1989, no que couber, bem como, quando cabível, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, os critérios e práticas sustentáveis elencados no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre com o apoio do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – CGU.

4.29.11. O IFAL reserva o direito de rejeitar o uso de qualquer produto químico em suas dependências que possa causar acidente com risco a saúde dos servidores e discentes do IFAL.

4.30. Esta Equipe de Planejamento entende que o objeto a ser licitado não poderá ser subcontratado, tendo em vista que a prestação de limpeza, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina e da casa de máquinas somente deverá ser realizada pela empresa habilitada e homologada em licitação que comprove a capacidade técnica-operacional para tanto, a fim de assegurar a integralidade do patrimônio;

4.31. Considerando que a prestação dos serviços de limpeza, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina não abrange aplicação de conhecimento, tecnologia e técnicas complexas, entendemos não ser necessário estabelecer requisitos relativos à transição contratual.

4.32. O critério utilizado para a seleção do fornecedor será o **menor preço global**, para definição do licitante vencedor.

4.33. Tanto em relação a exequibilidade das propostas de preços a serem apresentadas, como no caso de haver empate entre duas ou mais propostas, as mesmas serão analisadas levando em consideração as regras dispostas nos artigos 59 e 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.34. A licitação será aberta para participação de quaisquer licitantes, sendo dado tratamento favorecido para as licitantes enquadradas como ME/EPP, conforme permissivo legal, em virtude do valor da contratação.

4.35. Nenhum item da licitação será enquadrado em alguma margem de preferência, tendo em vista que, até o momento de elaboração deste ETP, o objeto da contratação não estar previsto no Anexo da Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024 e nem haver decretos vigentes que estabelecem as margens de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, para o item licitado.

4.36. O objeto da contratação também não está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022. Atualmente, apenas a aquisição de Água mineral natural, sem gás e Café e açúcar estão disponíveis no Catálogo, bem como

não há Caderno de Logística, divulgado pelo Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos (MGI), para o objeto em tela, conforme consulta realizada ao sítio eletrônico;

4.37. Certifica-se que a contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável do IFAL, que contempla em suas ações a adoção de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

4.38. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

o. 4.38.1. Por se tratar de contratação de pequeno valor;

4.38.2. O contrato não envolve a contratação direta de mão de obra, apenas a execução dos serviços, assim não há preocupação com verbas trabalhistas;

4.38.3. Em casos de eventuais prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato, a Administração tem como recurso a aplicação das penalidades previstas nesta contratação.

4.39. A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, devendo o licitante apresentar Declaração, como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

Buscando potenciais fornecedores para os serviços pretendidos foi realizado consulta no âmbito do Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, utilizando como parâmetro de pesquisa o CATSER 9962, bem como constatado na pesquisa de preços cujo resultado atesta a existência de um razoável mercado de empresas locais que podem prestar serviços de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina, conforme anexo I, em Maceió, apesar de apenas uma empresa ter retornado a solicitação de orçamento encaminhada por e-mail.

No que se refere a metodologia adotada, a mesma é a utilizada atualmente por vários órgãos em recentes contratações, visto que a contratação com dedicação exclusiva de mão de obra especializada, com posto de trabalho de limpador de piscina e/ou piscineiro, por exemplo, culminaria em uma contratação mais custosa, além da necessidade dos Campi possuírem equipamentos e ferramentas e da infraestrutura para realizar tal serviço, bem como a aquisição recorrente de produtos químicos, o que requer a estruturação de planejamento e tempo hábil para implementação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Dentre as soluções para as necessidades do IFAL/Campus Maceió, as possibilidades a serem analisadas são:

6.1.1. Solução 1: contratação de serviço **com** dedicação exclusiva de mão de obra especializada para disponibilização de posto de trabalho de limpador de piscina e/ou piscineiro;

6.1.2. Solução 2: contratação de empresa especializada, **sem** dedicação exclusiva de mão de obra, em serviços de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina do **CAMPUS MACEIÓ**, incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, equipamentos, ferramentas e fornecimento de produtos químicos.

Diante da necessidade de se manter a piscina do Campus em condições propícias ao uso, constatou-se no mercado a existência de duas hipóteses de prestação dos serviços: a primeira seria a

contratação de posto de serviço terceirizado de piscineiro com dedicação de mão de obra exclusiva (com ou sem a inclusão dos materiais). A segunda seria a contratação de empresa especializada na manutenção de piscinas, que prestasse o serviço fornecendo a mão de obra, sem dedicação exclusiva, e os demais equipamentos e materiais necessários ao serviço.

6.2. Assim, na contratação anterior desse serviço ao se proceder a análise comparativa de preços e consequente vantajosidade entre estas duas soluções, observou-se que o serviço contratado sem mão de obra com dedicação exclusiva e com o fornecimento dos materiais necessários, mostrou-se mais vantajoso que o serviço terceirizado prestado através de um piscineiro com dedicação de mão de obra e utilização de equipamentos e materiais de limpeza fornecidos pelo IFAL, visto que, nesta hipótese, deduz-se que os custos são mais elevados tendo em vista o tempo de trabalho e disponibilidade que o agente fica presente no local de serviço. Frisa-se também, que a experiência prática obtida através da última contratação, que se deu por serviço de manutenção com a inclusão de materiais e equipamentos necessários, vem demonstrando viabilidade técnica e funcional, pois vem atendendo eficientemente as necessidades do Campus no que se refere à manutenção da piscina. Tal forma de contratação tem demonstrado também a desnecessidade de um posto de serviço de presença contínua e exclusiva no local de serviço para a obtenção dos resultados pretendidos, dadas as características próprias do serviço em questão. No mais, observa-se também vantajosidade em tal forma de contratação no que se refere à gestão contratual, vez que, como se sabe, as contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, por serem mais complexas, requerem por parte da Administração uma série de providências/atividades iniciais e contínuas que assegurem maior segurança contratual, a exemplo da criação da conta vinculada, maior fiscalização de planilhas e arrecadações fiscais, etc.

6.3. Em virtude dos supracitados fatos, bem como das possibilidades de contratações encontradas, esta Equipe de Planejamento da Contratação entende que a **solução 2**: contratação de empresa especializada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em serviços de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento das piscinas incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, equipamentos, ferramentas e fornecimento de produtos químicos, se mostra adequada para atender aos requisitos deste Estudo Técnico Preliminar, pois atende às determinações legais vigentes, mostrando-se, portanto uma opção viável e a alternativa mais vantajosa economicamente para a pretendida contratação.

Posto isso, entendemos que a solução e metodologia adotada é usual e atual no mercado atenderá às necessidades da Administração.

6.4. O procedimento de licitação será realizado na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

6.5. Dessa forma, a descrição da solução como um todo abrange: a Contratação de empresa especializada nas respectivas etapas de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina e manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, nas dependências do Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de limpeza, higienização e com aspecto visual adequado por meio da utilização de agentes químicos (aplicação de produtos) e físicos (escovação mecânica ou manual, aspiração, peneiração, sucção, filtração, dentre outros), considerando as condições exigidas no tópico “Tratamento Físico-Químico da Água” do TR, por meio de Pregão Eletrônico.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Segundo a necessidade apresentada pela Coordenação de Educação Física e Esportes do Campus Maceió baseada na experiência prática ao longo das contratações anteriores, estima-se a demanda abaixo prevista pela coordenação solicitante:

					QUANT. TOTAL
--	--	--	--	--	-----------------

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATSER	QUANT. ESTIMADA ANUAL	ESTIMADA PARA VIGÊNCIA DE 2 ANOS
01	<p>Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza diária, tratamento, conservação e monitoramento da piscina do CAMPUS MACEIÓ, incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas e o fornecimento de produtos químicos.</p> <p>TAMANHO DA PISCINA: 16 X 25 X 1,5 M</p> <p>VOLUME: 600.000 litros</p>	Mês	9962	12	24

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 168.903,12

O valor anual e máximo para a contratação é de **R\$ 84.451,56 (Oitenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos)**, totalizando para os **2 (dois) anos de vigência contratual** o valor total e máximo estimado de **R\$ 168.903,12 (Cento e sessenta e oito mil e novecentos e três reais e doze centavos)**.

Tal valor foi obtido através de pesquisa de mercado realizada em observância à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07/07/2021, mediante a utilização dos parâmetros indicados nos incisos I, II e IV do art. 5º da referida norma. Foi utilizada a média dos valores obtidos na pesquisa de preços como metodologia para obtenção do preço máximo de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, as licitações de serviços deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Contudo, frisa-se que o objeto licitado está contemplado em um único item para cada campus, pois a área técnica optou pela aglutinação dos serviços de gerenciamento de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, contemplando também a mão de obra especializada, de equipamentos, ferramentas e do fornecimento de produtos químicos em apenas um item, de forma a manter apenas uma empresa responsável pela execução do objeto de que trata este Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o serviço a ser contratado não demanda complexidade técnica. Com isso, a equipe de fiscalização se

beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução contratual com apenas um interlocutor, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento de questões formais.

Os principais motivos para o não parcelamento do objeto da pretendida contratação são:

- Itens/objetos de natureza idêntica (serviços de limpeza, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas);
- Objetos de natureza idêntica que encontram no mercado prestador hábil a fornecê-los na totalidade.

Ademais, a opção por não parcelar a solução visa também aumentar o desconto oferecido pelas empresas interessadas devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os serviços licitados. Pode-se verificar pela pesquisa de mercado, que é prática comum as empresas prestarem todos os serviços dispostos no presente Estudo, não comprometendo, portanto, a competitividade do certame. Ressalta-se que nas últimas licitações a disposição na forma proposta não trouxe prejuízos aos certames anteriores.

Por isso, no presente caso, a contratação é única e indivisível, não havendo vantajosidade econômica no parcelamento de itens, muito menos tal possibilidade, visto que as mesmas empresas participarão do item objeto do Pregão (Acórdão TCU 1.214/2013 – Plenário).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação coaduna-se com as diretrizes constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028), em virtude da importância da pauta para o alcance das finalidades institucionais do IFAL, alinhando-se com o OEP2 – Garantir as infraestruturas física e tecnológica adequadas, com foco na otimização da oferta de cursos e no desempenho das atividades acadêmicas e administrativas. Estas ações funcionam como complementares ou de suporte para que haja a realização e desenvolvimento das atividades fins do Instituto (ensino, pesquisa e extensão); bem como do alcance de seus objetivos organizacionais, frente a si próprio e a instâncias superiores, sendo de responsabilidade da gestão de infraestrutura promover as condições necessárias, no que tange à sua área de competência, para o bem-estar de usuários e servidores do IFAL.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 (documento de ordem 4 do processo administrativo), certificamos conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 10825373000155-0-000006/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025
- III. Id do item no PCA: 58

IV. Classe/Grupo: 851 – Serviços de Agências de Empregos e Fornecimento de Pessoal

V. Identificador da Futura Contratação: 158381-100/2026

VI. Documento de Formalização da Demanda: 8/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com a contratação, entre outros, os seguintes resultados:

- Condições ideais para o uso da piscina, mantendo-se sempre disponível à utilização para a comunidade escolar do IFAL;
- Economia financeira gerada pela unificação do serviço atrelado ao fornecimento de materiais, diminuindo assim custos com licitações, além de possível utilização de produtos de melhor qualidade em virtude da especialidade da contratada;
- Melhor aproveitamento de recursos humanos, em razão da diminuição de atividades em vários procedimentos licitatórios e de gestão de contratos;
- Diminuição de riscos no que se refere a problemas com fornecedores na entrega de materiais necessários à manutenção;
- Contribuir, por meio do componente curricular Educação Física, para o desenvolvimento cognitivo, motor e social dos discentes;
- Reforçar a cultura esportiva na vida da população brasileira.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências para que a contratação dos serviços de limpeza, tratamento e monitoramento da piscina surta efeitos, haja vista que o IFAL conta com estrutura física e com previsão de existência de servidores para fiscalizar a contratação dos serviços.

Além disso, a prestação dos serviços a serem contratados deverão se adequar ao funcionamento do órgão sem causar interrupções, bem como todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a execução contratual deverão ser por conta da contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Pode haver riscos de impactos ambientais em virtude do uso indevido e/ou inadequado de materiais para a limpeza das piscinas e manutenção da casa de máquinas, do descarte de resíduos sólidos e líquidos, incluindo restos de produtos químicos e o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes.

Considerando os possíveis impactos ambientais decorrentes do uso de produtos conforme citados no parágrafo acima que há a necessidade da Contratada seguir rigorosamente a legislação e normas vigentes dos órgãos competentes correlacionados com o objeto da contratação e realizar o devido descarte destes resíduos a fim de garantir a preservação ambiental e a saúde humana.

Espera-se a não ocorrência de impactos ambientais, desde que sejam seguidas as orientações descritas nos subitens 4.19 e 4.29 do tópico Descrição dos Requisitos da Contratação e que deverá ser cobrada seu atendimento pelos fiscais dos contratos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Dada a necessidade do serviço informado pela Coordenação de Educação Física e Esportes - CEFES do Campus Maceió, atrelada às finalidades informadas, depreende-se que a contratação pretendida mostra-se **viável**, por meio da Solução 2: contratação de empresa especializada, **sem** dedicação exclusiva de mão de obra, em serviços de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina, incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, equipamentos, ferramentas e fornecimento de produtos químicos constante no subitem 6.3 deste Estudo Técnico Preliminar, a qual demonstrou ser a mais adequada para o atendimento da demanda apresentada, em virtude da existência de potencial fornecedores no mercado, bem como toda a exposição constante neste documento.

A análise de viabilidade sob o aspecto orçamentário, no entanto, deve ser realizada em momento oportuno pela Coordenação de Orçamento juntamente com a Diretoria de Administração do campus.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIO LEONARDO NUNES DE OLIVEIRA

Integrante Presidente

NEWTON CESAR DE LIMA MENDES

Integrante Técnico

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 09:34:39.

EDUARDO HENRIQUE BRANDAO NOGUEIRA

Integrante Administrativo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Consulta Parametrizada de Fornecedores.pdf (139.67 KB)
- Anexo II - 16. Planilha Resumo - Preço Médio - PISCINA 2026.pdf (53.89 KB; sigiloso)



Imagem da Piscina do Campus Maceió para Dimensionamento da Proposta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ

ANEXO IV

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Declaro para fins de participação no Pregão nº ____/2026, Processo nº 23041.018136/2026-32, que a empresa (razão social da empresa Licitante), inscrita no CNPJ (CGC/MF) sob o nº _____, estabelecida à _____, na cidade de _____, por meio do(a) Sr.(a) _____, portador da cédula de identidade nº _____, tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da licitação em epígrafe, por meio da vistoria nas instalações, bem assim nos locais onde serão executados os respectivos serviços, mediante inspeções e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes ao Edital e condições existentes.

VISITA REALIZADA EM ____/____/202__ ÀS ____ HORAS

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

Visto:

Representante do IFAL – Campus Maceió

Observações:

1) Emitir em papel que identifique a licitante;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

A (Empresa) _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por _____ (representante da empresa constando sua qualificação, inclusive qual função/cargo na empresa), DECLARAMOS que OPTAMOS por NÃO REALIZAR a Vistoria aos locais de execução dos serviços e que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho e ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão, bem como não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a concedente e nos comprometemos a prestar fielmente os serviços nos termos do Termo de Referência e dos demais anexos que compõe o processo deste Pregão nº ____/2026.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

ANEXO VI
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº: _____/2026

Em conformidade ao estabelecido na Pregão nº ____/2026, Processo nº **23041.018136/2026-32**, AUTORIZAMOS o fornecedor abaixo identificado a iniciar a execução dos Serviços de Limpeza, tratamento, conservação e monitoramento do Campus Maceió, a partir da data infracitada, nos equipamentos abaixo relacionados, conforme as disposições contidas no edital e no Contrato:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
FORNECEDOR (Razão Social):	
CNPJ:	
Endereço:	
E-mail:	
Telefone:	
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATANTE	
Órgão	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS MACEIÓ
Unidade Requisitante	
Endereço:	
E-mail:	
Telefone:	
DADOS DO CONTRATO	

Contrato n °	
Vigência:	
Fiscal do Contrato:	

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Anual	Valor Unitário	Valor Anual
1 Serviço de limpeza diária, tratamento, conservação, manutenção e monitoramento da piscina dos CAMPUS MACEIÓ , incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas, equipamentos, ferramentas e fornecimento de produtos químicos.	Mês	12	R\$	R\$

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

- O IFAL utilizará Instrumento de Medição de Resultado – IMR, em consonância com as diretrizes da IN SEGES/MP nº 5/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.
- O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.
- O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.
- O procedimento de avaliação dos serviços será realizado **mensalmente** pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada indicador de qualidade conforme especificações constantes no Anexo VII do Termo de Referência, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

DATAS E ASSINATURAS

Solicitado em: _____/_____/2026 _____ (nome) (matrícula) (Portaria) Fiscal do Contrato	Autorizado em: _____/_____/2026 _____ Diretor-Geral - Campus Maceió	Recebido em: _____/_____/2026 _____ (nome) Representante da empresa
--	--	---

ANEXO VII

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Avaliação da qualidade dos serviços

INDICADOR Nº 01 – QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL	
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO, CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO DA PISCINA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o efetivo cumprimento dos serviços, conforme do Termo de Referência, verificando a execução integral e qualidade dos serviços.
Meta cumprir	a 100% da pontuação dos itens de desempenho
Instrumento	Formulário de avaliação dos serviços prestados contendo os seguintes itens de desempenho:

de medição	Indicador	Forma de acompanhamento	Periodicidade	Peso	Ocorrência	Mecanismo de cálculo de ocorrência	Pontuação (peso x ocorrência)
	PISCINA - Fornecimento e disponibilização de cópia das FISPQ(s) - Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos.	Conferência pelo fiscal do contrato da disponibilização dos documentos no local de estocagem dos produtos químicos.	diária	1		Nº de dias em que não for identificada a cópia das FISPQ(s).	
	PISCINA – Manter devidamente limpas as seguintes estruturas: 1 – Bordas; 2 – Azulejos; 3 – Rejuntes; 4 – Escadas de acesso às piscinas; 5 – Grelhas localizadas no entorno das piscinas;	Conferência diária pelo fiscal do contrato dos serviços prestados.	diária	2		Nº de dias em que a piscina não se apresentar a limpeza de algum dos itens relacionados no campo "indicador".	
	PISCINA – A água da piscina se apresenta límpida e cristalina, permitindo a perfeita visibilidade da parte mais profunda da piscina e apresenta-se livre de detritos, sedimentos, larvas, insetos ou elementos estranhos decantados, flutuantes ou sobrenadantes.	Conferência diária pelo fiscal do contrato dos serviços prestados.	diária	2		Nº de dias em que a piscina não se apresentar a limpeza de algum dos itens relacionados no campo "indicador".	
	PISCINA – Atraso na abertura da área da piscina.	Conferência diária pelo fiscal do contrato dos serviços prestados.	diária	2		Cada 30 minutos de atraso na abertura das piscinas será 01 ocorrência	
	PISCINA - Manter os parâmetros de qualidade dentro das faixas recomendadas: * pH - (7,2 a 7,8); * Cloro Livre - (0,8 mg/L a 3,0 mg/L); * Alcalinidade total - (80 a 120 ppm); * Dureza cálcica - (200 a 400 ppm).	Conferência diária pelo fiscal do contrato dos serviços prestados, pela planilha de monitoramento.	Diária (para os parâmetros cloro livre, pH) e uma vez por semana (para alcalinidade e dureza cálcica)	2		Nº de dias em que a piscina não se apresentar a limpeza de algum dos itens relacionados no campo "indicador".	

	ATENDIMENTO EMERGENCIAL - Realização de atendimento a solicitações emergenciais no prazo estipulado (no máximo 03 horas após solicitação).	Conferência diária pelo fiscal do contrato dos serviços prestados.	Conforme demanda	2		Nº de vezes em que for solicitado atendimento e a Contratada não atender no prazo estipulado.	
	VISITA TÉCNICA – Realização da visita mensal do Responsável Técnico	Conferência diária pelo fiscal do contrato dos serviços prestados.	mensal	2		Não recebimento da visita mensal do Responsável Técnico	
Faixas de ajuste no pagamento	Serviço executado com avaliação de:						
	PONTUAÇÃO		DESCONTO				
	≥10 ≤ 20		1%				
	> 20 ≤ 30		2%				
	> 30 ≤ 40		3%				
	> 40 ≤ 50		4%				
	> 50 ≤ 60		5%				
	> 60 ≤ 70		6%				
	> 70 ≤ 80		7%				
	> 80 ≤ 90		8%				
> 90 ≤ 100		9%					
> 100		10%					
	Serviço não executado: Pagamento não é efetuado.						
Observações	Para ajuste de pagamento não será necessário a abertura de processo administrativo. Para aplicação das multas estabelecidas será garantida a ampla defesa e o contraditório.						



Emitido em 01/06/2026

TERMO N° 200/2026 - CMAC-DSUP (11.02.08.07)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 16:32)

ANA CRISTINA SANTOS LIMEIRA

ORDENADOR DE DESPESAS - SUBSTITUTO

MAC-GAB (11.02.11)

Matrícula: 2078360

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 16:26)

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO

CHEFE DE DEPARTAMENTO - TITULAR

CMAC-DSUP (11.02.08.07)

Matrícula: 1730160

(Assinado digitalmente em 01/06/2026 16:27)

SILVIO LEONARDO NUNES DE OLIVEIRA

COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04) - TITULAR

MAC-CEFESP (11.02.10.06.01)

Matrícula: 267373

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **200**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/06/2026** e o código de verificação: **1f120ff43d**

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ

(Processo Administrativo nº 23041.018136/2026-32)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/202X, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) **INSTITUTO**
FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL – CAMPUS MACEIÓ
E

A *Autarquia Federal*, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS MACEIÓ**, com sede na *Avenida do Ferroviário, nº 530, Centro, CEP 57020-600, na cidade de Maceió, do Estado de Alagoas*, inscrito no CNPJ sob o nº **10.825.373/0003-17**, neste ato representado pelo seu **Diretor-Geral, Sr. Givaldo Oliveira dos Santos**, nomeado pela Portaria nº 2.566/IFAL, de 06 de julho de 2023, publicada no DOU de 07 de julho de 2023, portador da matrícula funcional nº 00121462, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23041.018136/2026-32 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços *contínuos de manutenção, limpeza, tratamento, conservação e monitoramento das piscinas, bem como manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas do Campus Maceió, com inclusão da mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e com fornecimento dos insumos necessários*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA 02 ANOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa especializada para prestação dos	9962	Mês	24	R\$ XXXX	R\$ XXXX

serviços de limpeza diária, tratamento, conservação e monitoramento da piscina do CAMPUS MACEIÓ , incluindo mão de obra especializada, manutenção preventiva e corretiva da casa de máquinas e o fornecimento de produtos químicos.						
TAMANHO DA PISCINA: 16 X 25 X 1,5M						
VOLUME: 600.00 litros						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação;*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados da assinatura contratual, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- 2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: **CAMPUS MACEIÓ: Av. do Ferroviário (esquina com a Rua Barão de Atalaia), 530, Bairro: Centro, Maceió/AL. CEP: 57020-600;***

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

12.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

12.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26402/158381;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231719;
- IV) Elemento de despesa: 33903978;
- V) Plano interno: PCA 2026; e
- VI) Nota de empenho: ...1;

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Maceió**, Seção Judiciária de **Alagoas** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021. **Esse foro é irrenunciável pelo CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 01 (uma) via digital que, depois de lida e achado em ordem, vai assinada eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas, cujas assinaturas são válidas e certificadas pelo ICP-Brasil, cuja autenticidade pode ser verificada em <<https://validar.it.gov.br/>>.

Caso as assinaturas das partes se deem em datas distintas, será considerada data de assinatura deste instrumento contratual a data de assinatura do representante legal da Contratante, independente de quando tenha se dado a assinatura do representante legal da Contratada.

Maceió/AL

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Emitido em 02/06/2026

MINUTA Nº 427/2026 - MAC-CGCONT (11.02.08.07.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/06/2026 12:16)
EDUARDO HENRIQUE BRANDAO NOGUEIRA
COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04) - TITULAR
MAC-CGCONT (11.02.08.07.01)
Matrícula: 1941640

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **427**, ano: **2026**, tipo: **MINUTA**, data de emissão: **02/06/2026** e o código de verificação: **c3b3c9ce6e**